A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS NO BRASIL

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Vitoria Valentina Trindade Cruz

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

É de conhecimento geral que, o direito dos animais é um assunto cada vez mais discutido na sociedade brasileira. Por mais que existam leis que buscam a proteção do bem-estar do animal, como a Lei de Crimes Ambientais (Lei n° 9.605/98) sendo a principal lei que protege os animais contra maus-tratos e abandono, e a Lei Sansão (Lei n° 14.064/2020), muitos casos, denúncias de abandono e violência, ainda ocorrem muito. Perante a essa situação, surge a questão, será que a legislação brasileira é realmente suficiente para garantir a proteção dos direitos dos animais? Para chegar a uma conclusão é preciso analisar as leis que existem voltadas a proteção aos animais, os desafios na fiscalização e possíveis avanços nesse sistema.

Objetivo

Levando em conta o crescente número de animais que ainda sofrem maus-tratos e a aplicação de leis efetivas diante essas situações, o objetivo geral dessa pesquisa é avaliar essencialmente a eficácia da legislação de proteção aos animais no Brasil. E também, investigar casos de maus-tratos e as respostas do sistema judicial.

Material e Métodos

A legislação para proteger os animais, foi criada com o intuito para promover a dignidade e o respeito dos seres vivos, além de combater a violência e maus-tratos. Em 10 de setembro de 2021, o STF vedou o abate de animais silvestres, domésticos ou domesticados, apreendidos em situação de maus-tratos. A decisão foi tomada em plenário virtual, baseada na Constituição Federal, que impõe a proteção à fauna e proíbe os maus-tratos. O STF admite que é importante definir um período adequado para que canis se ajustem às novas normas legais. Essa decisão busca garantir que a adaptação ocorra de forma tranquila e viável. Além disso, o decreto 11.349/2023 criou a Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais. E a Lei 17.497/21 acrescentou ao Código de Proteção dos Animais o Programa de Proteção e Bem-Estar dos Animais Domésticos em 2021.

Resultados e Discussão

A legislação brasileira, embora tenha avançado nos últimos anos, ainda apresenta pontos importantes que dificultam a efetiva proteção dos direitos dos animais. No entanto, a aplicação da lei de crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998) e a Lei de Proteção Animal (Lei nº 11.794/2008), enfrenta desafios, como a falta de fiscalização adequada e a insuficiência de meios para a implementação de políticas públicas efetivas. A análise de casos

judiciais demonstra que, em muitos casos, as penas aplicadas aos violadores são tranquilas e não servem como uma quebra eficaz a práticas de maus-tratos. A implementação de leis mais rigorosas voltadas ao Direito dos animais e a criação de delegacias especializadas em proteção animal, também deveriam ser essenciais para garantir a efetividade das ações de combate a essa violência.

Conclusão

Portanto, a proteção dos direitos dos animais no Brasil é um tema que pede uma análise crítica e importante. A discussão desse assunto deve continuar a ser uma prioridade nas agendas políticas e sociais, com o objetivo de garantir que os direitos dos animais sejam respeitados e protegidos de forma eficaz, e a evolução das leis é essencial para garantir que esses direitos sejam respeitados e protegidos. Sendo assim, a legislação brasileira protege os animais, mas ainda há avanços a serem feitos.

Referências

https://portal.trf6.jus.br/
https://portal.stf.jus.br/
https://www12.senado.leg.br/hpsenado
https://www.al.sp.gov.br/
https://www.tjdft.jus.br/
https://www.ajufe.org.br/
https://www.gov.br/pt-br
https://www.conjur.com.br/